



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO AMPLA PARTICIPAÇÃO

PROCESSO Nº: 0033022

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PUBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022.

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE.

CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO A PARTIR DAS 08H00MIN DO DIA 29 DE ABRIL DE 2025, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES WWW.LICITANET.COM.BR.

LIMITE PARA CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO: 28 DE ABRIL DE 2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025

VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 114.333,40 (cento e quatorze mil trezentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail licita2@fronteira.mg.gov.br.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Credenciamento Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.

No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

Processo nº: 0033022

Credenciamento Eletrônico nº 005/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PUBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022.

ÍNDICE

- 1. PREÂMBULO**
- 2. ESCLARECIMENTOS**
- 3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO**
- 4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**
- 5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO**
- 6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**
- 7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 8. JULGAMENTO**
- 9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
- 10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**
- 11. EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 12. OBRIGAÇÕES**
- 13. FORMA DE PAGAMENTO**
- 14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**
- 15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 16. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**
- 17. DOS RECURSOS**
- 18. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 19. REAJUSTAMENTO:**
- 20. INFRAÇÕES**
- 21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22. DISPOSIÇÕES GERAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO PROCESSO Nº: 0033022 CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Fronteira/MG; através da Secretária Municipal de Serviços Urbanos E Transporte, em conformidade com os artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21 e art. 75 do Decreto Municipal nº 6.956/2023, TORNA PÚBLICO que fará realizar CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO exclusivamente pela Plataforma LICITANET, conforme datas abaixo:

Data de início do recebimento do requerimento e documentação: 29/04/2025;

Data limite para recebimento do requerimento e documentação: 28/04/2026;

Exclusivamente via Plataforma Licitanet.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. MÁRCIO ANTONIO FERREIRA, Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, integrada por Lusandra Rodrigues das Neves Barboza e Rosa Elaine de Paula Ribeiro, devidamente designados através do Decreto Municipal nº 7.580/2025, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico www.frenteira.mg.gov.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos interessados no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em www.frenteira.mg.gov.br.

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o interessado não acesse o site oficial do Município, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

2. ESCLARECIMENTOS:

2.1. Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital pode ser obtido:

- Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>
- e-mail : licita2@frenteira.mg.gov.br
- Telefones: 34-3199-9990
- Site para consultar ao Edital: www.frenteira.mg.gov.br

3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:

3.1. Constitui objeto do presente procedimento administrativo o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



3.2. O presente credenciamento tem como objetivo a prestação de serviços no recolhimento e transporte de animais de médio e grande porte, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.989/2022.

3.3. O quantitativo estimado será distribuído entre as empresas credenciadas, de acordo com a quantidade prevista no Termo de Referência;

3.4. O credenciamento realizado não importará necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado publicado no órgão oficial de publicações do Município, para conhecimento dos participantes.

3.5. O credenciamento poderá ser realizado para contratação imediata dos serviços ou somente para formalizar relação para futura execução, mediante solicitação do Município.

3.6. A Credenciada que prestar os serviços sem autorização expressa da Secretária Municipal de Serviços Urbanos E Transporte, não receberá pelos serviços.

3.7. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto do termo de credenciamento.

4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO: - Poderão participar deste Credenciamento Eletrônico, empresas legalmente constituídas, do ramo pertinente ao objeto deste Credenciamento, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

4.1. Todas as empresas que atendam o disposto no caput deste item e até às 00h00min do dia 28 DE ABRIL DE 2026, cadastrem o requerimento para credenciamento e os documentos de habilitação, na forma prevista neste Edital, junto ao **SISTEMA DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – www.licitanet.com.br.

4.2. A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento do requerimento e documentação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.3. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: comercial@licitanet.com.br.

4.4. Caso a proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma será declarada inabilitada.

4.4.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.4, a empresa interessada deverá se for de seu interesse, reenviar toda a documentação junto a Plataforma LICITANET.

4.5. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital a proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada pela Plataforma LICITANET.

5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário);



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.2. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.3. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

5.4. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

5.6. Pessoa Jurídica a proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.10. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.155/2021;

5.10.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.155/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

5.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

5.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.14. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.



6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

6.1. Os interessados deverão encaminhar, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica LICITANET, o requerimento de participação e os documentos de habilitação, com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços.

6.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

6.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo a CREDENCIADA o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

6.5. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5.1. A falsidade da declaração de que trata o item 6.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

7.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão apresentar toda a documentação abaixo especificada, com data de validade vigente, anexa ao requerimento de credenciamento.

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

7.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

7.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

7.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

7.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2017;

7.3.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.3.5. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.3.7. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo IV;

7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

7.5. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

7.5.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

7.5.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 74, e IN 73/2022, art. 39, §4º);

7.5.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.5.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8. JULGAMENTO

8.1. O órgão CREDENCIANTE decidirá sobre o requerimento de credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio.

8.2. Todos os interessados que preencherem os requisitos estabelecidos no Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

8.2. Após aprovação do credenciamento, os requerimentos serão submetidos à Autorização da autoridade superior.

9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

9.1. Assinado o termo de adesão ao credenciamento e durante o período de sua vigência, a contratação da CREDENCIADA responsável pela execução dos serviços, ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, desde que mantidas as condições exigidas na etapa de credenciamento, conforme condições dispostas do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



9.2. O prazo do Credenciamento contará a partir das assinaturas do Termo de Adesão, findando em 28 DE ABRIL DE 2026, independente do seu início.

9.3. Para a assinatura do Termo de Adesão deverá ser apresentado:

9.3.1. Cópia do certificado de inspeção veicular, emitido por empresa devidamente credenciada pelo INMETRO, atestando que o veículo atende a todas as exigências legais para realizar a prestação de serviços de acordo com o Termo de Referência;

9.3.2. Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, exercício 2024/2025 em nome da empresa licitante, com categoria ALUGUEL;

9.3.2.1. Caso o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo não esteja no nome da empresa, esta deverá apresentar documento que comprove posse ou domínio sobre o veículo a ser utilizado na prestação dos serviços;

9.3.3. Cópia da Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "D" do motorista demonstrando ainda o vínculo do profissional com a empresa, mediante apresentação de:

9.3.3.1. se sócio, cópia do contrato social ou equivalente;

9.3.3.2. empregados, cópia do registro de empregado;

9.3.3.3. se prestador de serviços, cópia do contrato de prestação de serviços;

9.3.4. PGR/GRO;

9.3.5. PCMSO (Programa de controle médico de saúde ocupacional);

9.3.6. ASO (Atestado de Saúde Ocupacional).

10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:

10.1. A contratação dos serviços será realizada por meio de credenciamento, assegurando condições igualitárias a todos os interessados. O preço a ser pago será único para todos os prestadores credenciados, mantendo a padronização e a equidade na execução dos serviços.

10.2. Caso mais de uma empresa seja credenciada para a prestação dos serviços, será adotado um sistema de rodizio para garantir a distribuição equilibrada da demanda e assegurar transparência, isonomia e eficiência na execução do contrato.

10.3. As solicitações dos serviços serão distribuídas entre as empresas credenciadas, levando-se em consideração a data de credenciamento de cada uma para definição da ordem inicial da convocação.

10.4. Após o início da prestação dos serviços, será efetuado rodizio entre as empresas credenciadas, respeitando sempre a ordem de convocação definida no item anterior.

10.5. Caso a credenciada convocada para prestar o serviço se recuse ou não possa atender à solicitação por qualquer motivo, será convocada a próxima empresa na ordem de credenciamento.

10.6. Se houver recusa por parte de todas as empresas credenciadas, o rodizio continuará até que todas tenham sido convocadas para prestar o serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.8. Concluído o rodizio entre todas as empresas credenciadas, um novo ciclo será iniciado, retornando-se à primeira empresa credenciada.

10.9. Garantia de Equidade e Eficiência:

10.9.1. Esse sistema de rodizio garante equidade na distribuição das demandas, evita favorecimentos e assegura um atendimento contínuo e eficiente às famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo o cumprimento dos princípios de economicidade, impessoalidade e eficiência administrativa.

11. EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. Prestação de Serviços:

11.1.1. A prestadora de Serviços deverá efetuar a captura/apreensão de animais errantes de médio e grande porte encontrados soltos nas vias e logradouros públicos do Município de Fronteira; bem como, fará o resgate de animais que se encontrem em terrenos de titularidade pública;

11.1.2. Os serviços indicados no item 11.1.1 serão executados conforme a demanda do dia ou solicitada pelo agente fiscalizador, inclusive, sábados, domingos e feriados;

11.1.3. O Município não arcará com despesas, caso a Prestadora de Serviços seja solicitada por particulares para a execução dos serviços acima descritos;

11.1.4. O Departamento de Serviços Urbanos e Transporte acionará a Prestadora de Serviços através de telefone ou e-mail, informando a quantidade aproximada de animais a serem capturados e a indicação do local onde os animais se encontram. Após o acionamento a mesma terá o prazo máximo de 2 (duas) horas, para a realização da captura dos animais e transporte até o local da guarda dos animais;

11.1.5. O transporte dos animais apreendidos ficará sob a responsabilidade e custeio da Prestadora de Serviços, que arcará com todas as despesas, exceto alimentação, medicação, tratamento ou outros;

11.1.6. Em toda a apreensão de animais realizada deverá ser feito o relatório de apreensão acompanhado de registro fotográfico e termo de apreensão;

11.1.7. Manter um cadastro dos animais apreendidos, com seus respectivos dados da data, foto, local da captura, raça, sexo e características de cada espécie dos animais;

11.1.8. A Prestadora de Serviços deverá encaminhar todo quinto dia útil relatório mensal das apreensões e resgates a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transporte.

11.2. Local Para Encaminhamento Dos Animais:

11.2.1. Por responsabilidade exclusiva do município, a empresa contratada deverá encaminhar os animais apreendidos para uma área indicada pelo fiscal do contrato, localizada em zona urbana ou rural;

11.2.2. As instalações serão locadas em área rural ou urbana observando as características determinadas em lei.

11.3. Captura/Resgate

11.3.1. A empresa deverá dar pleno atendimento à solicitação/demanda formulada pela municipalidade, sendo que nesta hipótese deverá disponibilizar pessoal adequado para realizar a escolha dos animais apreendidos os quais ficarão sob responsabilidade da Prefeitura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



11.3.2. A Prestadora de Serviços deverá disponibilizar um telefone celular ao Município. Os serviços de captura/resgate somente poderão ser realizados mediante a solicitação da Administração Pública, e não serão aceitas solicitações feitas por particulares;

11.3.3. Todos os gastos com combustível, danos materiais ou pessoais a seus funcionários ou a terceiros será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

11.4. Animais Apreendidos:

11.4.1. A Prestadora de Serviços deverá trabalhar de acordo com a legislação sanitária em vigor no Estado de Minas Gerais, bem como Lei municipal nº 1.989/2022 do Município de Fronteira/MG;

11.4.2. O tempo de permanência dos animais no local da apreensão é de no máximo 05 dias corridos;

11.4.3. Depois de expirado o tempo de permanência o animal será destinado nos termos da Lei Municipal nº 1.989/2022;

11.4.4. A responsabilidade pela manutenção e integridade dos animais será da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG, que deverá zelar pelo bem-estar dos que estão sob sua guarda;

11.4.5 A prefeitura deverá alimentar os animais com pasto e ração, bem como fornecer sal e água suficiente para a quantidade de animais albergados.

11.5. Destinação final dos animais Apreendidos:

11.5.1. Transcorrido os 05 dias a Prestadora de Serviços será convocada para a destinação final dos animais, conforme local a ser indicado pela credenciante e será pago por quilometro rodado;

11.5.2. Os locais para destinação final poderão ser diferentes de uma apreensão para outra, será de acordo com a destinação determinada pelo credenciante.

12. OBRIGAÇÕES:

12.1. Credenciante:

12.1.1. Designar um servidor a quem competirá a fiscalização do Credenciamento;

12.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que as Empresas Credenciadas possam desempenhar os serviços dentro das normas desta licitação;

12.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelas Empresas Credenciadas;

12.1.4. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Credenciamento, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

12.1.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelas Empresas Credenciadas, exigindo sua correção imediatamente, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

12.1.6. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados até o momento da paralisação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



12.1.7. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste termo de referência.

12.2. Credenciada:

12.2.1. Informar ao município o endereço eletrônico principal para o recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outro instrumento hábil, bem como canal de comunicação via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e o nome do responsável pelo contato;

12.2.2. Encaminhar ao município a nota fiscal/fatura dos serviços prestados acompanhada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termo e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR);

12.2.3. Responsabilizar-se por todo ônus decorrentes da execução dos serviços, trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais;

12.2.4. Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas;

12.2.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao município ou a terceiros;

12.2.6. Comunicar verbal e por escrito, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescentando todos os dados e as circunstâncias julgadas necessárias.

13. FORMA DE PAGAMENTO:

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da emissão da nota fiscal/fatura acompanhada da respectiva Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil.

13.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida para “PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG”, CNPJ “18.449.140/0001-013”, sem rasuras no preenchimento.

13.3. A nota fiscal/fatura deverá referir-se unicamente aos itens objetos deste certame, identificando obrigatoriamente o tipo e a quantidade de bilhete de passagem, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido.

13.4. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções ou rasuras será devolvida para as devidas providências.

13.5. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem “13.1.” começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

13.6. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da Credenciada.

13.7. O município não se responsabilizará por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

14.1. A gestão do Credenciamento deverá ser realizada pelo **Sr. Florisvaldo Aparecido Ravagnani**, Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transporte.

14.2. A execução do Credenciamento deverá ser fiscalizada pelo **Sr. Nathanael Henrique Gomes Tamine**, Assessor do Departamento de Cadastro e Tributos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



14.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 114, *caput*).

14.2. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

14.2.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

14.2.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2025, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 12 - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE

Função: 15 - URBANISMO.

Subfunção: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0029 – MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO URBANA

Projeto/Atividade: 2181 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE SERVIÇOS URB. E TRANSPORTE

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

16. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL

16.1. A qualquer momento, após a publicação do Edital de Credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de Saúde, no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido;

16.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será devidamente retificado o edital, dando ciência à todos os interessados;

16.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG: www.fronteira.mg.gov.br.

17. DOS RECURSOS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



17.1. A interessada tem o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data do recebimento da comunicação do indeferimento do credenciamento.

17.2. O recurso deverá ser encaminhado no endereço eletrônico licita2@fronteira.mg.gov.br.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

18.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. REAJUSTAMENTO:

19.1. Havendo renovação do contrato administrativo, os valores pactuados serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

20. INFRAÇÕES - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

20.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

20.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

20.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

20.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

20.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

20.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

20.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

20.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

20.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

20.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

20.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2020, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.1. Advertência;

21.2. Multa;

21.3. Impedimento de licitar e contratar e;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



21.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

21.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

21.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

21.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

21.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 21% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

21.6.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1 à 20.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

21.6.2. Para as infrações previstas nos itens 20.7 a 20.11 deste Edital, a multa será de 15% à 21% do valor do contrato licitado.

21.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

21.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

21.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1 à 20.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 20.7 à 20.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1 à 20.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



21.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

21.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A divulgação, pela Prefeitura deste Edital, do tipo de prestação de serviços e remuneração, não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas, não cabendo à Prefeitura ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste Edital.

22.2. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.

22.3. No interesse da Prefeitura o quantitativo inicial do credenciamento poderá ser acrescido ou suprimido.

22.4. A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

22.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição dos serviços, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

22.6. As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de indeferimento/descredenciamento da interessada/credenciada.

22.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, com auxílio do Secretário Municipal de Saúde.

22.8. A Credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

22.9. Fica eleito o foro da comarca de Frutal/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta da declaração de inexistência de empregado menor;

ANEXO III – Minuta do requerimento de credenciamento.

ANEXO IV – Minuta do Termo de Adesão ao Credenciamento.

Fronteira/MG., 28 de abril de 2025.

FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI
Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transporte



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



TERMO DE REFERÊNCIA **ESPECIFICAÇÕES/CUSTO ESTIMADO**

Processo nº: 0033022

Modalidade: Credenciamento nº 005/2025

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA), DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIAS.

DADOS DO SOLICITANTE:

1.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE.

LOCALIZAÇÃO:

2.1. AVENIDA DOS ESPORTES, Nº 212 - VILA REIS – FRONTEIRA – MG.

FONE: (34) 3199-9530

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO/SERVIÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA) PARA LOCAL DENTRO DO MUNICÍPIO.	200	DR
2	TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS ANIMAIS PARA LOCAL INTERMUNICIPAL COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA).	8.000	KM

1.1. O presente termo tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA), DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIAS.**

1.1.2. O objeto desta Contratação **não** se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, o objeto desta Contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

1.1.3. O prazo de vigência para essa Contratação será de 12 (doze) meses.

1.2 Em conformidade com o disposto no art. 23, §§ 1º a 3º, da Lei nº 14.133/2021, e com vistas a promover a ampliação da competitividade, a economicidade e a eficiência na execução contratual, optou-se pelo parcelamento do objeto da licitação em 02 itens.

1.2.1 A divisão foi considerada tecnicamente viável e vantajosa para a Administração, uma vez que os itens apresentam naturezas distintas, especificidades técnicas próprias ou possibilidade de execução autônoma, o que permite a contratação de fornecedores especializados em cada parte do objeto.



1.2.3 O parcelamento permitirá a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, além de prestadores de menor porte econômico, em consonância com os princípios da isonomia e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável (art. 11, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

1.3 A adoção do parcelamento também visa evitar a concentração de mercado, reduzir riscos contratuais e garantir maior controle e eficiência na fiscalização dos contratos resultantes.

1.4 Dessa forma, a Administração entende que o parcelamento do objeto, nos termos propostos, atende ao interesse público e às diretrizes legais, e recomenda-se sua adoção no presente certame.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A presença de animais soltos nas ruas representa risco à segurança pública, à saúde da população e ao meio ambiente urbano. Além disso, é dever do Município zelar pela proteção e bem-estar dos animais, prevenir zoonoses, evitar acidentes de trânsito e cumprir as normas ambientais. A contratação se faz necessária diante da ausência de estrutura própria para esse tipo de serviço especializado.

2.2 Proporcionar ações efetivas no controle populacional de animais soltos, reduzindo os impactos ambientais, sanitários e sociais decorrentes da permanência desses animais em vias públicas, com base na legislação vigente e em práticas de bem-estar animal.

2.3 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, entretanto, a respectiva fundamentação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1 Da análise pormenorizada do caso, depreende-se que a solução mais viável para a demanda apresentada é a “Contratação de serviços de apreensão/captura, transporte de animais de médio e grande porte”.

3.2 A contratação, será feita por credenciamento que encontra respaldo na Lei 14.133, ARTIGOS 78- I e 79- I. Trata-se de uma modalidade mais ágil e transparente. No caso do presente procedimento licitatório, não restam dúvidas acerca da viabilidade da modalidade credenciamento, tendo em vista que permite que a Administração Pública contrate de forma mais célere e menos burocrática, mantendo a legalidade do procedimento e, garantindo a escolha da melhor proposta.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1 – Requisitos inerentes à descrição/especificação técnica do objeto

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA) PARA LOCAL DENTRO DO MUNICÍPIO.	200	DR
2	TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS ANIMAIS PARA LOCAL INTERMUNICIPAL COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA).	8.000	KM

4.2 Da Prestação de Serviços:

4.2.1 A prestadora de Serviços deverá efetuar a captura/apreensão de animais errantes de médio e grande porte encontrados soltos nas vias e logradouros públicos do Município de Fronteira; bem como, fará o resgate de animais que se encontrem em terrenos de titularidade pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



4.2.2 Os serviços indicados no item 4.2.1 serão executados conforme a demanda do dia ou solicitada pelo agente fiscalizador, inclusive, sábados, domingos e feriados.

4.2.3 O Município não arcará com despesas, caso a Prestadora de Serviços seja solicitada por particulares para a execução dos serviços acima descritos.

4.2.4 O Departamento de Serviços Urbanos e Transporte acionará a Prestadora de Serviços através de telefone ou e-mail, informando a quantidade aproximada de animais a serem capturados e a indicação do local onde os animais se encontram. Após o acionamento a mesma terá o prazo máximo de 2 (duas) horas, para a realização da captura dos animais e transporte até o local da guarda dos animais.

4.2.5 O transporte dos animais apreendidos ficará sob a responsabilidade e custeio da Prestadora de Serviços, que arcará com todas as despesas, exceto alimentação, medicação, tratamento ou outros.

4.2.6 Em toda a apreensão de animais realizada deverá ser feito o relatório de apreensão acompanhado de registro fotográfico e termo de apreensão.

4.2.7 Manter um cadastro dos animais apreendidos, com seus respectivos dados da data, foto, local da captura, raça, sexo e características de cada espécie dos animais.

4.2.8 A Prestadora de Serviços deverá encaminhar todo quinto dia útil relatório mensal das apreensões e resgates a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transporte.

4.3 Do Local Para Encaminhamento Dos Animais:

4.3.1 Por responsabilidade exclusiva do município, a empresa contratada deverá encaminhar os animais apreendidos para uma área indica pelo fiscal do contrato, localizada em zona urbana ou rural.

4.3.2 As instalações serão locadas em área rural ou urbana observando as características determinadas em lei.

4.4 Da Captura/Resgate

4.4.1 A empresa deverá dar pleno atendimento à solicitação/demanda formulada pela municipalidade, sendo que nesta hipótese deverá disponibilizar pessoal adequado para realizar a escolta dos animais apreendidos os quais ficarão sob responsabilidade da Prefeitura.

4.4.1.1 A Prestadora de Serviços deverá disponibilizar um telefone celular ao Município. Os serviços de captura/resgate somente poderão ser realizados mediante a solicitação da Administração Pública, e não serão aceitas solicitações feitas por particulares.

4.4.1.2 Todos os gastos com combustível, danos materiais ou pessoais a seus funcionários ou a terceiros será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

4.5 Dos Animais Apreendidos:

4.5.1 A Prestadora de Serviços deverá trabalhar de acordo com a legislação sanitária em vigor no Estado de Minas Gerais, bem como Lei municipal nº 1.989/2022 do Município de Fronteira/MG.

4.5.2 O tempo de permanência dos animais no local da apreensão é de no máximo 05 dias corridos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



4.5.3 Depois de expirado o tempo de permanência o animal será destinado nos termos da Lei Municipal nº 1.989/2022.

4.5.4 A responsabilidade pela manutenção e integridade dos animais será da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG, que deverá zelar pelo bem-estar dos que estão sob sua guarda.

4.5.5 A prefeitura deverá alimentar os animais com pasto e ração, bem como fornecer sal e água suficiente para a quantidade de animais albergados.

4.6-Da destinação final dos animais Apreendidos:

4.6.1 Transcorrido os 05 dias a Prestadora de Serviços será convocada para a destinação final dos animais, conforme local a ser indicado pela credenciante e será pago por quilometro rodado.

4.6.2 Os locais para destinação final poderão ser diferentes de uma apreensão para outra, será de acordo com a destinação determinada pelo credenciante.

4.7 Requisitos inerentes à documentação de habilitação da prestadora de serviços:

4.7.1 Habilitação conforme Lei 14.133/2021, que comprove a capacidade jurídica, regularidade fiscal e trabalhista.

4.8. Para a assinatura do Contrato Administrativo a convocada deverá apresentar:

4.8.1 Cópia do certificado de inspeção veicular, emitido por empresa devidamente credenciada pelo INMETRO, atestando que o veículo atende a todas as exigências legais para realizar a prestação de serviços de acordo este Termo de Referência;

4.8.2 Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, exercício 2024/2025 em nome da empresa licitante, com categoria ALUGUEL;

4.8.2.1 Caso o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo não esteja no nome da empresa, esta deverá apresentar documento que comprove posse ou domínio sobre o veículo a ser utilizado na prestação dos serviços;

4.8.3 Cópia da Carteira Nacional de Habilitação, categoria mínima "D" do motorista demonstrando ainda o vínculo do profissional com a empresa, mediante apresentação de:

4.8.3.1 se sócio, cópia do contrato social ou equivalente;

4.8.3.2 empregados, cópia do registro de empregado;

4.8.3.3 se prestador de serviços, cópia do contrato de prestação de serviços.

4.8.4 - PGR/GRO

4.8.5 PCMSO (Programa de controle médico de saúde ocupacional)

4.8.6 ASO (Atestado de Saúde Ocupacional)

4.9 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato Administrativo, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.



5. EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. Início da execução do objeto: Os serviços serão prestados, parceladamente, durante o período de vigência contratual, mediante emissão de A.F. (Autorização de Fornecimento).

5.1.1. Portanto, apenas será devido o pagamento das diárias e quilômetros solicitados na Autorização de Fornecimento.

6. GESTÃO DO CREDENCIAMENTO:

6.1. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação, suspensão do Termo de Credenciamento ou qualquer outro fator superveniente que impeça sua execução, a parte que der causa ao bloqueio deverá informar os motivos no prazo de 05 (cinco) dias à parte restante;

6.3. As comunicações entre a Credenciante e a Credenciada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de contato telefônico, mensagens via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e outros meios de comunicação quando a formalidade do ato for dispensável;

6.4. Após a assinatura do Termo de Credenciamento a Credenciante poderá, a seu critério, convocar o representante da Credenciada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução dos serviços contratados, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do Credenciamento deverá ser fiscalizada pelo **Sr. Nathanael Henrique Gomes Tamine**, Assessor do Departamento de Cadastro e Tributos.

6.5.1. A gestão do Credenciamento deverá ser realizada pelo **Sr. Florisvaldo Aparecido Ravagnani**, Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transporte.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. A avaliação da execução do objeto será feita pelo fiscal do contrato, através da emissão de laudo técnico.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05(cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do credenciado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1. O Credenciado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo credenciado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.



7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a empresa deverá ser comunicada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo credenciado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se, a situação de irregularidade do credenciado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do credenciado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao credenciado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o credenciado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo credenciado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O credenciado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO DE FORNECEDOR:

8.1. Considerando que os serviços pretendidos possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de edital, bem como especificações usuais de mercado, deverão ser CONTRATADOS por meio de CREDENCIAMENTO, conforme o art. 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O critério para a seleção será o PREÇO MÉDIO.

8.2. Critérios de Rodízio Entre as Empresas Credenciadas:

8.2.1. Caso mais de uma empresa seja credenciada para a prestação dos serviços, será adotado um sistema de rodízio para garantir a distribuição equilibrada da demanda e assegurar transparência, isonomia e eficiência na execução do contrato.

8.2.2. As solicitações dos serviços serão distribuídas entre as empresas credenciadas, levando-se em consideração a data de credenciamento de cada uma para definição da ordem inicial da convocação.

8.2.3. Após o início da prestação dos serviços, será efetuado rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando sempre a ordem de convocação definida no item anterior.

8.2.4. Caso a credenciada convocada para prestar o serviço se recuse ou não possa atender à solicitação por qualquer motivo, será convocada a próxima empresa na ordem de credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



8.2.5. Se houver recusa por parte de todas as empresas credenciadas, o rodízio continuará até que todas tenham sido convocadas para prestar o serviço.

8.2.6. Concluído o rodízio entre todas as empresas credenciadas, um novo ciclo será iniciado, retornando-se à primeira empresa credenciada.

8.2.7. Garantia de Equidade e Eficiência:

Esse sistema de rodízio garante equidade na distribuição das demandas, evita favorecimentos e assegura um atendimento contínuo e eficiente as famílias em situação de vulnerabilidade social, garantindo o cumprimento dos princípios de economicidade, impessoalidade e eficiência administrativa.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O valor estimado desta contratação é de **R\$ 114.333,40 (cento e quatorze mil trezentos e trinta e três reais e quarenta centavos)**, conforme valores apostos na tabela:

9.1.1. Os Valores Compreende:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS DESTES MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA) PARA LOCAL DENTRO DO MUNICÍPIO.	200	DR	R\$ 391,67	R\$ 78.333,40
02	TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS ANIMAIS PARA LOCAL INTERMUNICIPAL COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA).	8.000	KM	R\$4,50	R\$ 36.000,00

9.1.2. Conforme 08 (oito) consultas realizadas no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, não foi possível conseguir nenhuma contratação semelhante aos serviços que nos pretendemos contratar para equiparação de preços, conforme consultas anexas.

10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Cabe à Autoridade competente promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. A fase preparatória das contratações está ancorada na existência de recursos orçamentários nas leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos.

A Lei Municipal nº 2.127, de 16 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2025, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

ÓRGÃO: EXECUTIVO.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E TRANSPORTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



FUNÇÃO: URBANISMO.

SUBFUNÇÃO: SERVIÇOS URBANOS.

PROGRAMA: MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: VIGILÂNCIA, LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PATRIMÔNIO

ELEMENTO: 33.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

FICHA: 1066

VALOR ORÇADO DISPONÍVEL: R\$ 273.869,32 (DUZENTOS E SETENTA E TRÊS MIL, OITOCENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS),

FONTE DE RECURSO: 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS E IMPOSTOS, (PORTARIA STN Nº 710/2021 ATUALIZADA).

Fronteira/MG, 28 de abril de 2025.

FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SERVIÇOS
URBANOS E TRANSPORTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

PROCESSO Nº: 0033022

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PUBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022.

Prezados Senhores,

_____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Datado aos _____ dias de _____ de _____.

Assinatura, Nome, Cargo e Função

(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO III
MINUTA DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº: 0033022

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PUBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022.

(OBSERVAÇÃO: PREENCHER EM DUAS VIAS SENDO UMA PARA PROTOCOLO)

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), inscrito no CPF sob o nº requer seu credenciamento para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PUBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022.

Declaramos que ao Aderir ao Credenciamento Eletrônico nº 005/2025, executaremos os serviços de acordo com nas normas do Termo de Referência.

Informamos desde já ser titular da conta corrente/poupança nº....., agência nº(nome da agência), Banco nº (nome do Banco), declarando inteiro conhecimento do ato convocatório e apresentação de toda a documentação solicitada.

.....
(data)

.....
(representante legal)



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO IV

MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

1. CREDENCIANTE

1.1. **O MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Minas Gérias, nº 141, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **SÉRGIO PAULO CAMPOS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CREDENCIANTE.

2. CREDENCIADA

2.1. A EMPRESA _____, com sede na _____, Bairro _____, Cidade/UF _____, CEP _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, doravante denominada CREDENCIADA.

3. OBJETO

3.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PUBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos.

3.2. A Adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 005/2025, compreende a possibilidade de executar os serviços nos valores abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
01	APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE SOLTOS EM VIAS PÚBLICAS DESTE MUNICIPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA) PARA LOCAL DENTRO DO MUNICÍPIO.	200	DR	R\$ 391,67	R\$ 78.333,40
02	TRANSPORTE PARA DESTINAÇÃO FINAL DOS ANIMAIS PARA LOCAL INTERMUNICIPAL COM VEÍCULO APROPRIADO (TIPO GAIOLA/BOIADEIRA).	8.000	KM	R\$4,50	R\$ 36.000,00

4. VIGÊNCIA

4.2. A vigência desta adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 005/2025, será a partir de ____ de _____ de 202__ até o dia 28 DE ABRIL DE 2026.



5. CONDIÇÕES

5.1. Aplicam-se a este Termo de Adesão as disposições contidas no Edital de Credenciamento e seus Anexos, ao qual a credenciada expressa sua total concordância com a forma de prestação dos serviços e pagamentos.

6. DESCREDENCIAMENTO

6.1. O CREDENCIANTE, poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pela CREDENCIADA;

II - perda das condições de habilitação da CREDENCIADA;

III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá a CREDENCIADA do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

6.2.1. Na hipótese prevista no inciso I, o descredenciamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pedido, mantendo-se, durante este prazo, a condição de CREDENCIADA e as obrigações decorrentes, nos termos deste Edital.

6.3. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, DEVERÁ ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

6.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO:

7.1. Prestação de Serviços:

7.1.1. A prestadora de Serviços deverá efetuar a captura/apreensão de animais errantes de médio e grande porte encontrados soltos nas vias e logradouros públicos do Município de Fronteira; bem como, fará o resgate de animais que se encontrem em terrenos de titularidade pública;

7.1.2. Os serviços indicados no item 7.1.1 serão executados conforme a demanda do dia ou solicitada pelo agente fiscalizador, inclusive, sábados, domingos e feriados;

7.1.3. O Município não arcará com despesas, caso a Prestadora de Serviços seja solicitada por particulares para a execução dos serviços acima descritos;

7.1.4. O Departamento de Serviços Urbanos e Transporte acionará a Prestadora de Serviços através de telefone ou e-mail, informando a quantidade aproximada de animais a serem capturados e a indicação do local onde os animais se encontram. Após o acionamento a mesma terá o prazo máximo de 2 (duas) horas, para a realização da captura dos animais e transporte até o local da guarda dos animais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.1.5. O transporte dos animais apreendidos ficará sob a responsabilidade e custeio da Prestadora de Serviços, que arcará com todas as despesas, exceto alimentação, medicação, tratamento ou outros;

7.1.6. Em toda a apreensão de animais realizada deverá ser feito o relatório de apreensão acompanhado de registro fotográfico e termo de apreensão;

7.1.7. Manter um cadastro dos animais apreendidos, com seus respectivos dados da data, foto, local da captura, raça, sexo e características de cada espécie dos animais;

7.1.8. A Prestadora de Serviços deverá encaminhar todo quinto dia útil relatório mensal das apreensões e resgates a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transporte.

7.2. Local Para Encaminhamento Dos Animais:

7.2.1. Por responsabilidade exclusiva do município, a empresa contratada deverá encaminhar os animais apreendidos para uma área indica pelo fiscal do contrato, localizada em zona urbana ou rural;

7.2.2. As instalações serão locadas em área rural ou urbana observando as características determinadas em lei.

7.3. Captura/Resgate

7.3.1. A empresa deverá dar pleno atendimento à solicitação/demanda formulada pela municipalidade, sendo que nesta hipótese deverá disponibilizar pessoal adequado para realizar a escolta dos animais apreendidos os quais ficarão sob responsabilidade da Prefeitura;

7.3.2. A Prestadora de Serviços deverá disponibilizar um telefone celular ao Município. Os serviços de captura/resgate somente poderão ser realizados mediante a solicitação da Administração Pública, e não serão aceitas solicitações feitas por particulares;

7.3.3. Todos os gastos com combustível, danos materiais ou pessoais a seus funcionários ou a terceiros será de inteira responsabilidade da empresa vencedora.

7.4. Animais Apreendidos:

7.4.1. A Prestadora de Serviços deverá trabalhar de acordo com a legislação sanitária em vigor no Estado de Minas Gerais, bem como Lei municipal nº 1.989/2022 do Município de Fronteira/MG;

7.4.2. O tempo de permanência dos animais no local da apreensão é de no máximo 05 dias corridos;

7.4.3. Depois de expirado o tempo de permanência o animal será destinado nos termos da Lei Municipal nº 1.989/2022;

7.4.4. A responsabilidade pela manutenção e integridade dos animais será da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG, que deverá zelar pelo bem-estar dos que estão sob sua guarda;

7.4.5 A prefeitura deverá alimentar os animais com pasto e ração, bem como fornecer sal e água suficiente para a quantidade de animais albergados.

7.5. Destinação final dos animais Apreendidos:

7.5.1. Transcorrido os 05 dias a Prestadora de Serviços será convocada para a destinação final dos animais, conforme local a ser indicado pela credenciante e será pago por quilometro rodado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.5.2. Os locais para destinação final poderão ser diferentes de uma apreensão para outra, será de acordo com a destinação determinada pelo credenciante.

8. OBRIGAÇÕES:

8.1. Credenciante:

8.1.1. Designar um servidor a quem competirá a fiscalização do Credenciamento;

8.1.2. Proporcionar todas as facilidades para que as Empresas Credenciadas possam desempenhar os serviços dentro das normas desta licitação;

8.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venham a ser solicitados pelas Empresas Credenciadas;

8.1.4. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste Credenciamento, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

8.1.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelas Empresas Credenciadas, exigindo sua correção imediatamente, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

8.1.6. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados até o momento da paralisação;

8.1.7. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste termo de referência.

8.2. Credenciada:

8.2.1. Informar ao município o endereço eletrônico principal para o recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outro instrumento hábil, bem como canal de comunicação via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e o nome do responsável pelo contato;

8.2.2. Encaminhar ao município a nota fiscal/fatura dos serviços prestados acompanhada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termo e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR);

8.2.3. Responsabilizar-se por todo ônus decorrentes da execução dos serviços, trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais;

8.2.4. Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas;

8.2.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao município ou a terceiros;

8.2.6. Comunicar verbal e por escrito, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescentando todos os dados e as circunstâncias julgadas necessárias.

9. FORMA DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da emissão da nota fiscal/fatura acompanhada da respectiva Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



9.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida para “PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA/MG”, CNPJ “18.449.140/0001-09”, sem rasuras no preenchimento.

9.3. A nota fiscal/fatura deverá referir-se unicamente aos itens objetos deste certame, identificando obrigatoriamente o tipo e a quantidade de bilhete de passagem, o valor unitário e o valor total do pagamento pretendido.

9.4. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções ou rasuras será devolvida para as devidas providências.

9.5. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem “9.1.” começará a fluir a partir da data de reapresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

9.6. O pagamento será efetuado por meio de cheque nominal ou ordem bancária em nome da Credenciada.

9.7. O município não se responsabilizará por despesas extras contratadas pelas Credenciadas;

10. DISPOSITIVO LEGAL

10.1. O presente credenciamento está amparado no inciso IV, art. 74, combinado com o inc. II, art. 79, ambos da Lei 14.133, de 2021, Processo nº 0033022 – Credenciamento Eletrônico nº 005/2025.

Fronteira/MG; ____ de _____ de 20____.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA/MG.

Sergio Paulo Campos
CREDENCIANTE

CREDENCIADA

FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI
Gestor do Credenciamento

NATHANAEL HENRIQUE GOMES TAMINE
Fiscal do Credenciamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO

PROCESSO Nº: 0033022

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2025

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PUBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022.

O Município de Fronteira torna público que estará CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA APREENSÃO DE ANIMAIS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, SOLTOS EM VIAS PUBLICAS DESTE MUNICÍPIO, BEM COMO O TRANSPORTE DOS MESMOS, COM VEÍCULO TIPO GAIOLA BOIADEIRA, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.989/2022, **a partir do dia 29 DE ABRIL DE 2025 até o dia 28 DE ABRIL DE 2026.**

Forma de envio do Requerimento e Documentação: Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

Cópias de Edital poderão ser adquiridas no site oficial do Município: www.frenteira.mg.gov.br.

Informações complementares serão obtidos junto ao Equipe de Apoio, no endereço Av. Minas Gerais nº 110, Centro. Telefone (34) 3199-9990 - Ramal - 1413.

Fronteira/MG, 28 de abril de 2025.

FLORISVALDO APARECIDO RAVAGNANI
Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transporte